



**MINISTÉRIO DA MULHER, FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS - MMFDH**  
**SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE**  
**RACIAL - SNPPIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE 29 DE SETEMBRO DE**  
**2020**

1 Aos vinte nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte, reuniu-se, por meio da Plataforma  
2 Zoom por videoconferência, o Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial da Secretaria  
3 Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, para a sua Segunda Reunião  
4 Extraordinária, com a participação dos seguintes Conselheiros e Conselheiras representantes do  
5 Governo: Suplente **Esequiel Roque do Espírito Santo** (SNPIR/MMFDH); Titular **Sérgio Oliveira**  
6 (Ministério da Educação - MEC); Suplente **Tania de Melo Coelho** (Ministério da Saúde); Suplente  
7 **Fernanda Gomes Rodrigues** (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações – MCTI); Titular  
8 **Marcela Rolim Siqueira** (Ministério da Cidadania); Titular **Renata Florez Rocha** (Secretaria  
9 Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Ministério da Economia); Suplente  
10 **Rodolfo Milhomem de Sousa** (Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo  
11 Digital/Ministério da Economia); Suplente **Laura Nascimento Moreira** (Ministério da Economia);  
12 Titular **Dinah Andrade de Sena e Silva** (Secretaria Nacional de Políticas para  
13 Mulheres/MMFDH); Suplente **Jéssica Paula de Melo** (Secretaria Nacional de Proteção  
14 Global/MMFDH); Suplente **Ebnézer Nogueira Silva** (Fundação Cultural Palmares); Titular **Luiz**  
15 **Carlos de Lima** (Ministério do Desenvolvimento Regional); Titular **Dannyta Rayres Secretaria**  
16 (Secretaria Especial de Articulação Social – SEAS/SEGOV); Titular **Ivan Cláudio Pereira**  
17 **Siqueira** (Notório Saber); Titular **Júlio Cesar Dias Chaves** (Notório Saber); Titular **Mário Igor**

18 **Shimura** (Notório Saber). Sociedade Civil: Titular **José Luiz Teixeira** (Instituto Sorriso Negro dos  
19 Campos); 2º Titular **Andresa Pereira Serpejante** (Centro Cultural Humanitá); Titular **Edmar**  
20 **Barbosa Bonfim** – Mãe Tuca (Casa de Cultura Ilé Asé D’Osoguiã – CCIAO); Titular **Débora**  
21 **Cristina da Silva Alves** (Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e  
22 Transexuais – ArtJovem LGBT); 1º Suplente **Márcia Brito** (Articulação Brasileira de Lésbicas –  
23 ABL); Titular **Marta Cezária de Oliveira** (Grupo de Mulheres Negras Dandaras no Cerrado –  
24 GMNDC); Titular **Antônio Carlos Basílio da Silva** (Instituto Nacional de Tecnologia Social –  
25 INATES); Titular **Maria Jane Soares Targino Cavalcante** (Associação Comunitária dos Ciganos  
26 de Condado – ASCOCIC).

27

28 Dando início aos trabalhos, o Conselheiro Esequiel Roque do Espírito Santo (Secretário Nacional  
29 Interino de Políticas de Promoção da Igualdade Racial) realizou a abertura da reunião  
30 cumprimentando a todos e informou que está assumindo interinamente a Secretaria Nacional de  
31 Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SNPPIR e assumirá a presidência desse colegiado até  
32 que haja uma decisão acerca da nomeação do titular, afirmando que é um privilégio assumir essa  
33 pasta. Relatou que participou de uma audiência da Comissão Interamericana dos Direitos Humanos,  
34 em que mostrou que o CNPIR é um espaço de diálogo. Esclareceu que terá que se ausentar de um  
35 período da reunião devido a um compromisso e passará a coordenação à Secretária-Executiva.  
36 Apresentou as principais competências do Conselho elencadas pelo artigo 2º do Decreto nº  
37 4.885/2003 e afirmou que o governo federal reconhece a sua importância e possui a intenção de  
38 trabalhar junto com cada conselheiro. Passou a palavra a Secretária-Executiva, Sra. Mariléia Silva  
39 de Paula, que realizou a leitura do artigo 14 do Regimento Interno do CNPIR e ponderou que será  
40 necessário eleger um conselheiro representante da sociedade civil para auxiliá-la na condução dessa  
41 reunião. Eleita a Conselheira Mãe Tuca, a Sra. Mariléia Silva de Paula realizou a verificação do  
42 quórum e apresentou a seguinte pauta/ordem do dia: 1. Verificação de presença e da existência de  
43 quórum para instalação do colegiado; 2. Abertura, leitura e aprovação da ordem do dia; 3. Leitura e  
44 aprovação da Ata da 68ª Reunião Ordinária; 4. Criação do GT Povos Ciganos; 5. Apresentação do  
45 Regimento Interno do CNPIR; 6. Apresentação do Orçamento da SNPPIR; 7. Ações da SNPPIR  
46 frente à Pandemia de Covid-19; 8. Informes; 7. Considerações finais e encerramento. Explicou que  
47 recebeu a Ata da 68ª Reunião Ordinária no período da manhã, porém, o presidente solicitou que  
48 fosse priorizado o regimento interno e sugeriu aprová-la na 69ª Reunião Ordinária que será

49 realizada nos dias 6 e 7 de outubro de 2020. Complementou que outro assunto que seria apreciado  
50 nessa reunião seria a aprovação da criação do GT de Povos Ciganos, todavia, o presidente entendeu  
51 que seria melhor apreciar esse item também na 68ª Reunião Ordinária. A Conselheira Mãe Tuca  
52 compreendeu que seria pertinente criar esse GT de Povos Ciganos no CNPTC devido à urgência e  
53 emergência desse assunto e o Conselheiro Mário Igor Shimura (Notório Saber) explanou que  
54 sugeriu a criação desse GT diante os relatos da Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante,  
55 entendendo que seria o momento oportuno para pensar nas questões envolvendo essa população  
56 para criação de alguma ação que viabilize uma política pública mais efetiva. Concordou que essa  
57 questão poderia ser apreciada na próxima reunião. Seguindo para a apresentação do Regimento  
58 Interno do CNPIR, a Sra. Mariléia Silva de Paula arrazoou que a Conselheira Mãe Tuca observou  
59 que o GT trabalhou a redação para o novo regimento na 67ª Reunião Ordinária, em que foram  
60 apresentados todos os artigos. Explanou que a proposta de redação foi encaminhada à  
61 CONJUR/MMFDH e está retornando ao pleno para apreciação. Realizada a leitura da proposta do  
62 novo regimento interno do CNPIR, o Conselheiro Mário Igor Shimura indicou a necessidade de  
63 substituir o termo “igualdade racial” por “igualdade étnico-racial” por ser uma linguagem técnica  
64 mais utilizada atualmente. A Conselheira Maria Jane Soares Targino Cavalcante (Associação  
65 Comunitária dos Ciganos de Condado – ASCOCIC) compreendeu que a sugestão é bem-vinda por  
66 contemplar outras pessoas que fazem parte de outras etnias e raças e a Conselheira Mãe Tuca (Casa  
67 de Cultura Ilé Asé D’Osoguiã – CCIAO) explicou que qualquer alteração realizada no texto terá  
68 que retornar à CONJUR/MMFDH, o que causará mais atraso na aprovação do regimento. A Sra.  
69 Mariléia Silva de Paula postulou que a Secretaria-Executiva enviará a proposta de regimento para a  
70 CONJUR/MMFDH e solicitará que sejam analisadas apenas as modificações a fim de que haja  
71 maior agilidade. Com o retorno do presidente a reunião, foi colocada a proposta de substituição do  
72 termo “igualdade racial” por “igualdade étnico-racial” em votação, a qual foi aprovada com 13  
73 votos favoráveis e 10 votos contrários. O Conselheiro Ebnézer Nogueira Silva (Fundação Cultural  
74 Palmares) propôs incluir como possibilidade de perda de mandato antes do prazo de dois anos a  
75 ausência em cinco reuniões alternadas e o Presidente Esequiel Roque do Espírito Santo explicou  
76 que a redação da proposta de regimento segue o artigo 4º do Decreto nº 4.885/2003, que estabeleceu  
77 quais são as possibilidades de perda de mandato, sendo que não podem fazer outros acréscimos.  
78 Não havendo mais nenhum destaque, a Sra. Mariléia Silva de Paula informou que a modificação  
79 realizada será enviada à CONJUR/MMFDH e o regimento interno será aprovado na próxima reunião

80 do Conselho. Em seguida, o Sr. Enoque Barros realizou a apresentação da execução orçamentária  
81 de 2020 da SNPPIR, destacando que há uma disponibilidade orçamentária de R\$10.239.047,00 já  
82 com emendas parlamentares, sendo que: R\$2.000.000,00 serão executados no TED do INCRA para  
83 doção de terras quilombolas; R\$3.000.000,00 no TED com a CONAB para atender as comunidades  
84 quilombolas do estado da Bahia com cestas de alimentos; R\$500.000,00 no TED com a ENAP para  
85 estudo dos PCTs nas regiões; R\$4.235.000,00 em emendas parlamentares (R\$2.555.000,000 já  
86 foram executados em 23 emendas, R\$765.000,00 serão formalizados para transferência e R\$  
87 915.000,00 serão formalizados para aquisição de kits de equipagem). Ponderou que não está  
88 computado o valor de R\$41.000.000,00 destinados a ações de cesta de alimentos para os povos de  
89 comunidade tradicionais em que foram contemplados índios e algumas comunidades quilombolas.  
90 Feitos os esclarecimentos necessários, passou-se ao informe da Comissão Eleitoral do CNPIR. O  
91 Conselheiro Ebnézer Nogueira Silva informou que a Comissão Eleitoral realizou duas reuniões e já  
92 decidiu quase todos os pontos referentes ao edital de eleição dos representantes da sociedade civil  
93 do CNPIR, cabendo apenas uma última análise e o envio à CONJUR/MMFDH. Passando à  
94 apresentação das ações da SNPPIR frente à Pandemia de Covid-19, o Sr. Rodrigo José Henriques  
95 de Faria, Diretor do Departamento de Políticas Étnico-Raciais, apresentou um breve resumo do  
96 Decreto nº 6/2020 que estabeleceu o estado de calamidade pública e explanou que o governo federal  
97 está trabalhando políticas públicas de proteção econômica, de proteção social e de proteção à saúde.  
98 Destacou como principais ações: 1. Proteção Econômica: a) Programa Emergencial de Manutenção  
99 do Emprego e da Renda (pagamento do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da  
100 Renda; redução proporcional de jornada de trabalho e de salário; e suspensão temporária do  
101 contrato de trabalho); b) Auxílio Emergencial (Comunidades Tradicionais beneficiadas pelo Auxílio  
102 Emergencial: 218.452 indígenas, 234.279 quilombolas, 10.736 ciganos, 5.824 pessoas de terreiro,  
103 71.485 extrativistas, 380.050 pescadores artesanais e 198.483 ribeirinhos); 2. Proteção Social: a)  
104 Ações relativas à Política de Segurança Alimentar e Nutricional estão sob responsabilidade do  
105 Ministério da Cidadania, como a Ação de Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais  
106 Específicos - ADA através de TED com a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB,  
107 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Fundação Cultural Palmares,  
108 Fundação do Índio e Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde - SESAI; b) o  
109 MMFDH com sua atuação de articulação para implementação de políticas públicas étnico-raciais  
110 obteve recurso para viabilizar a aquisição de cestas de alimento pela CONAB, de acordo com o

111 formato estabelecido pela ADA, atendendo-se aos indígenas e quilombolas (314.538 unidades para  
112 as famílias indígenas e 68.119 para as famílias quilombolas) 3. Proteção à Saúde: Distribuição de  
113 2.884.271 equipamentos de EPIs, insumos e testes rápidos às equipes de apoio da SESAI. Abrindo  
114 para manifestações, a Conselheira Mãe Tuca discorreu que enviou um ofício com os dados  
115 atualizados dos espaços sagrados da região metropolitana de João Pessoa/PB à Fundação Palmares  
116 e ao Ministério da Cidadania e ao MMFDH, ponderando que os povos tradicionais de matriz  
117 africana não são considerados vulneráveis e nem com insegurança alimentar pela ADA. Informou  
118 que recebeu um *e-mail* do presidente da Fundação Cultural Palmares relatando que a demanda  
119 requerida no ofício em relação à solicitação de cestas básicas é de competência da SNPPIR, sendo  
120 que encaminharia o requerimento à Secretaria e aos Ministérios da Cidadania e da Saúde para a  
121 adoção de providências. Questionou se a SNPPIR recebeu esse requerimento. A Conselheira  
122 Débora Cristina da Silva Alves (Articulação Brasileira de Jovens Lésbicas, Gays, Bissexuais,  
123 Travestis e Transexuais – ArtJovem LGBT) registrou o seu incômodo com a falta da totalidade dos  
124 dados apresentados em relação ao Auxílio Emergencial para a população negra e compreendeu que  
125 faltaram instrumentos para avaliar o desemprego e saúde dessa população no contexto de pandemia  
126 a fim de seja avaliado o verdadeiro impacto das ações do governo. A Conselheira Maria Jane Soares  
127 Targino Cavalcante solicitou mais informações sobre a solicitação de cestas básicas para os povos  
128 ciganos realizada pela ASCOCIC e salientou que esse povo está passando por muitas dificuldades,  
129 uma vez que muitos não estão conseguindo sair para trabalhar. O Presidente Esequiel Roque do  
130 Espírito Santo explanou que verificará se houve o recebimento do ofício com o Gabinete da  
131 SNPPIR e informou que existem algumas ações de políticas voltadas à população negra,  
132 ponderando que podem tratar dessa questão específica na próxima reunião. O Sr. Rodrigo José  
133 Henriques de Faria acrescentou que o MMFDH está limitado ao orçamento recebido de forma  
134 extraordinária e que o governo federal entende que o Auxílio Emergencial é uma resposta mais  
135 rápido do que o ADA para a questão de segurança alimentar de forma geral. Notificou que estão  
136 conversando com o IPEA, IBGE e ENAP sobre a possibilidade de realizar uma análise do impacto  
137 intersetorial da pandemia para os PCTs e para a população negra. Com relação à população cigana,  
138 elucidou que estão buscando a implementação de políticas públicas e realizar um trabalho de  
139 retomada econômica. O Conselheiro Ivan Cláudio Pereira Siqueira (Notório Saber) ponderou que  
140 muitos dos problemas das comunidades poderiam ser resolvidos com o acesso a informações,  
141 sugerindo utilizar parte do recurso para que haja uma comunicação eficiente. O Presidente Esequiel

142 Roque do Espírito Santo agradeceu a sugestão e esclareceu que as demandas recebidas, que ainda  
143 não foram atendidas, foram enviadas à Secretaria-Executiva do MMFDH, destacando que existe  
144 uma sinalização de que algumas poderão ser atendidas. Não havendo informes por parte dos  
145 conselheiros, a Sra. Mariléia Silva de Paula lembrou que a 69ª Reunião Ordinária será realizada no  
146 dia 6 e 7 de outubro de 2020, das 14h00 às 18h00. Sem mais nada a tratar, agradeceu a participação  
147 de todos, encerrando a 2ª Reunião Extraordinária do CNPIR.

148

149

150